

Atos decisórios de 13/07/2017. Disponível no site: www.jucemg.mg.gov.br. Belo Horizonte, 13/07/2017. José Donaldo Bittencourt Júnior - Presidente.

11 984160 - 1

Secretaria de Estado de Fazenda

Secretário: José Afonso Bicalho Beltrão da Silva

Expediente

RESOLUÇÃO Nº 5026 DE 12 DE JULHO DE 2017.

Altera o Anexo Único da Resolução nº 4.964, de 29 de dezembro de 2016, que indica os Responsáveis Técnicos que atuarão junto ao Sistema Integrado de Administração Financeira do Estado de Minas Gerais – SIAFI/MG, durante o exercício financeiro de 2017. O SECRETÁRIO DE ESTADO DE FAZENDA DE MINAS GERAIS, no uso de atribuição que lhe confere o inciso III do § 1º do art. 93 da Constituição do Estado de Minas Gerais e considerando as disposições do Decreto nº 42.251, de 9 de janeiro de 2002,

RESOLVE: Art. 1º Fica alterado o Anexo Único da Resolução nº 4.964, de 29 de dezembro de 2016, no que se refere às Unidades Administrativas abaixo identificadas:

a) Unidades Executoras do Orçamento Setorial

Unidade Operacional Setorial				
Unidade Executora	Responsáveis Técnicos	MASP	CPF	
1190.064 – AF/2º Nível Contagem	Antonio Iria dos Santos	669.998-7	012.593.136-03	
	Leonardo Paiva Corrêa	669.600-9	057.328.816-03	
	Rodolfo Marques Caldeira	668.922-8	001.320.936-18	

b) Unidades Executoras do Orçamento do Fundo Estadual para a Cidadania Fiscal Mineira – FECIFIM

Unidade Operacional Setorial				
Unidade Executora	Responsáveis Técnicos	MASP	CPF	
1190.420 – AF/2º Nível Contagem	Antonio Iria dos Santos	669.998-7	012.593.136-03	
	Leonardo Paiva Corrêa	669.600-9	057.328.816-03	
	Rodolfo Marques Caldeira	668.922-8	001.320.936-18	

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação. Secretaria de Estado de Fazenda, em Belo Horizonte, aos 12 de julho de 2017; 229º da Inconfidência Mineira e 196º da Independência do Brasil.

José Afonso Bicalho Beltrão da Silva
Secretário de Estado de Fazenda de Minas Gerais

13 985698 - 1

Superintendência de Recursos Humanos

SUPERINTENDÊNCIA DE RECURSOS HUMANOS
Superintendente: Blenda Rosa Pereira Couto

REGISTRA AFASTAMENTO PRELIMINAR À APOSENTADORIA, nos termos do § 24, do art. 36, da CE/1989, dos servidores: Masp 285.649-0, Ronaldo Mendes Ferreira, a partir de 26.06.2017. Masp 262.530-9, Álvaro Rodrigues de Oliveira, a partir de 26.06.2017. Masp 288.284-3, Edilson Rezende da Rocha, a partir de 03.07.2017.

13 985701 - 1

Superintendências Regionais da Fazenda

SRF II - Belo Horizonte

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA FAZENDA - II/BH
ADMINISTRAÇÃO FAZENDÁRIA/1º NÍVEL/ BH-I
COMUNICADO Nº 028/2017

Comunicamos às demais repartições e aos contribuintes em geral que foram declarados ideologicamente falsos nos termos do artigo 7.º da Resolução 4.182, de 21 de janeiro de 2010, os documentos fiscais emitidos em nome da (s) empresa (s) relacionada(s) a seguir: I- Cooperativa Mineira de Produtores de Cordeiro Ltda. IE: 062.336082.00-87 - CNPJ: 06.001.992/0001-58 Endereço: Rio Claro, 331 Bairro Prado - Belo Horizonte- MG Motivo: Documento fiscal autorizado, emitido por contribuinte, que encerrou irregularmente suas atividades. Base Legal: Artigo 39, § 4º, II, “a”, “a.2º”, Lei 6763/75 e artigo 133-A, I, “b”, RICMS aprovado pelo Decreto nº 43.080, de 13 de dezembro de 2002.

Documentos fiscais declarados ideologicamente falsos: Todos os documentos fiscais autorizados emitidos a partir de 01/01/2009 até 17/05/2017.

Ato Declaratório nº 13.062.310.005588, de 20/06/2012.

Belo Horizonte, 13 julho de 2017.

Cristiano Valdir H.E. DA SILVA
Chefe da AF/1º NÍVEL /BH-I

13 985702 - 1

SRF II - Contagem

Superintendência Regional da Fazenda II - Contagem
Administração Fazendária/2º Nível/Sete Lagoas
INTIMAÇÃO

Nos termos do artigo 10, § 1º, do RPTA/MG, aprovado pelo Decreto nº. 44.747/08, fica o sujeito passivo abaixo identificado, intimado da lavratura do Auto de Infração abaixo relacionado e promover, no prazo de 30 (trinta) dias contados desta publicação, o pagamento do crédito tributário constituído ou a parcelá-lo, nos termos da legislação vigente, ou ainda impugná-lo, sob pena de revelia e reconhecimento do débito.

Na hipótese de pagamento ou de parcelamento do crédito tributário, as multas serão reduzidas: 1) 40% (quarenta por cento) nos primeiros 10 (dez) dias; a 2) a 50% (cinquenta por cento) quando o pagamento ocorrer após o prazo de até 30 (trinta) dias contados desta publicação, 3) a 60% (sessenta por cento) depois de findo o prazo anterior e antes de sua inscrição em dívida ativa.

Havendo Impugnação, a mesma deverá ser apresentada nesta repartição fazendária, localizada na Rua Zoroastro Passos, n.º 30, 1º andar, centro, CEP 35.700-017, Sete Lagoas/MG, pessoalmente ou por via postal, com aviso de recebimento - AR, nos termos dos artigos 117 e 118 do RPTA/MG, com a anexação do comprovante de recolhimento da Taxa de Expediente (se devida) prevista no item 2.21 da Tabela “A” anexa à lei nº 6.763/75.

A falta de pagamento ou parcelamento, no prazo de 30 dias, bem como a decisão irrecorrível do CC/MG favorável à Fazenda Pública Estadual, implica o encaminhamento do P.T.A. para inscrição em dívida ativa e cobrança judicial.

1) PTA Nº. 15.000043635.56

Sujeito Passivo Principal: EVALDO JOSÉ DOS SANTOS - CPF: 819.463.686-87

Sete Lagoas, 13 de julho de 2017

Rosângela Leão

Chefe AF 2º Nível/Sete Lagoas em exercício

13 985704 - 1

SRF I - Ipatinga

SRF I Ipatinga/AF/2º Nível/Manhuaçu

Em atendimento a solicitação da Advocacia Geral do Estado, e em respeito ao contraditório, houve a retificação da peça fiscal para excluir a multa isolada prevista no art. 55, XXXV, da Lei 6.763/75, conforme Termo de Rerratificação acostado aos autos. Assim, nos termos do art. 120, §2º, do RPTA, estabelecido pelo Decreto nº 44.747/08, reintai-m-se os sujeitos passivos a promoverem, no prazo de 10 dias, paga-mento do respectivo crédito tributário, por meio de DAE, ou a parcelá-lo, nos termos da legislação vigente, ou a impugnar a peça fiscal, sob pena de revelia e reconhecimento do crédito tributário, ou mesmo, se for o caso a aditar a impugnação anteriormente apresentada, bem como ter vista aos autos. Após este prazo, o respectivo processo será enca-minhado à Advocacia Regional do Estado Ipatinga para inscrição em dívida ativa e execução judicial. Para quaisquer esclarecimentos, genti-leza comparecer à Administração Fazendária de Manhuaçu, Praça Cor-dovil Pinto Coelho, n.º 145, Centro, Manhuaçu, Minas Gerais. PTA / AUTO DE INFRAÇÃO Nº: 01.000568002-02
Sujeito Passivo: AR RIBEIRO COMERCIAL HOSPITALAR CNPJ: 00.142.944/0001-01
Endereço: Rua Adolfo Pinto, 248, Centro, Bebedouro - SP CEP: 14.700-345
Coobrigado: DROGARIA MEGAPHARMA LTDA – ME IE: 001.083.071.00-00
Endereço: Praça Clarimundo Carneiro, 71, Bairro Fundinho Uberlândia – MG – CEP: 38.400-154
Manhuaçu, 13 de julho de 2017.
Vera Lúcia da Cruz – MASP 335.354-7.
Chefe AF 2º Nível Manhuaçu.

SRF I Ipatinga/AF/2º Nível/Manhuaçu

Fica o sujeito passivo intimado a promover, no prazo de 30 (trinta) dias a contar desta publicação, o pagamento / parcelamento / impugnação do crédito tributário constituído mediante o PTA a seguir relacionado, nos termos da legislação vigente, sob pena de revelia e reconhecimento do crédito tributário, circunstância em que a peça fiscal será encaminhada para inscrição em dívida ativa e execução judicial, inclusive no caso de decisão irrecorrível no CC/MG favorável à Fazenda Pública Estadual. Maiores esclarecimentos poderão ser obtidos nesta repartição fazendá-ria situada na Praça Cordovil Pinto Coelho, 145, centro, Manhuaçu, Minas Gerais. PTA / AUTO DE INFRAÇÃO Nº: 01.000768267-65 DE 26/06/2017.
Sujeito Passivo: MARIA DE FATIMA LESSA NUNES - ME IE: 001111773.00-77
Endereço: Avenida Francisco As, 738 – Bairro Prado/Gutierrez Belo Horizonte – MG – CEP 30410-060
Coobrigado: JOSE ROBERTO NUNES CARVALHAIS CPF: 028.327.536-71
Endereço: Avenida Dom Jose Andre, 220, Casa – Bairro Centro Serro – MG – CEP 39150-000.
Coobrigado: ROMEU NUNES CARVALHAIS CPF: 033.883.566-02
Endereço: Rua Lauro Ferreira, 101, Apto 1503 – Bairro Buritis Belo Horizonte – MG – CEP 30575-080.
Coobrigado: MATEUS NUNES CARAVALHAIS CPF: 067.105.276-46
Endereço: Rua Henrique Gorceix, 1713 – Bairro Padre Eustaquio Belo Horizonte – MG – CEP 30720-360
Manhuaçu, 13 de julho de 2017.
Vera Lúcia da Cruz – MASP 335.354-7
Chefe AF Manhuaçu/SRF/Ipatinga

SRF I Ipatinga/AF/2º Nível/Manhuaçu

Fica o sujeito passivo intimado a promover, no prazo de 30 (trinta) dias a contar desta publicação, o pagamento / parcelamento / impugnação do crédito tributário constituído mediante o PTA a seguir relacionado, nos termos da legislação vigente, sob pena de revelia e reconhecimento do crédito tributário, circunstância em que a peça fiscal será encaminhada para inscrição em dívida ativa e execução judicial, inclusive no caso de decisão irrecorrível no CC/MG favorável à Fazenda Pública Estadual. Maiores esclarecimentos poderão ser obtidos nesta repartição fazendá-ria situada na Praça Cordovil Pinto Coelho, 145, centro, Manhuaçu, Minas Gerais. PTA / AUTO DE INFRAÇÃO Nº: 01.000769135-44 DE 30/06/2017.
Sujeito Passivo: A R RIBEIRO COMERCIAL HOSPITALAR CNPJ: 00.142944/0001-01
Endereço: Rua Adolfo Pinto, 248 - Bairro Centro. Bebedouro – SP – CEP 14700-345.
Manhuaçu, 13 de julho de 2017.
Vera Lúcia da Cruz – MASP 335.354-7
Chefe AF Manhuaçu/SRF/Ipatinga

SRF I Ipatinga/AF/2º Nível/Manhuaçu

Fica o sujeito passivo intimado a promover, no prazo de 30 (trinta) dias a contar desta publicação, o pagamento / parcelamento / impugnação do crédito tributário constituído mediante o PTA a seguir relacionado, nos termos da legislação vigente, sob pena de revelia e reconhecimento do crédito tributário, circunstância em que a peça fiscal será encaminhada para inscrição em dívida ativa e execução judicial, inclusive no caso de decisão irrecorrível no CC/MG favorável à Fazenda Pública Estadual. Maiores esclarecimentos poderão ser obtidos nesta repartição fazendá-ria situada na Praça Cordovil Pinto Coelho, 145, centro, Manhuaçu, Minas Gerais. PTA / AUTO DE INFRAÇÃO Nº: 01.000740891.60 DE 20/06/2017.
Sujeito Passivo: TERRA MINEIRA COMERCIO E SERVICOS LTDA - EPP IE: 001257554.00-54
Endereço: Avenida Barão do Rio Branco, 330- sala 206 – Bairro Bai-xada - Manhuaçu – MG – CEP 36900-000
Coobrigado: BRUNO DOS SANTOS CUNHA

CPF: 012.807.176-10

Endereço: Rua Juquinha Santana, 65 – Bairro Sagrada Família Manhuaçu – MG – CEP 36900-000
Coobrigado: LANDERCY DE SOUZA JUNIOR CPF: 037.615.996-09
Endereço: Rua Olímpio Vargas, 139, Apto 02 – Bairro Centro Manhuaçu – MG – CEP 36900-000

Manhuaçu, 13 de julho de 2017.

Vera Lúcia da Cruz – MASP 335.354-7

Chefe AF Manhuaçu/SRF/Ipatinga

13 985705 - 1

SRF I - Juiz de Fora

SRF I / JUIZ DE FORA – DFT/MURIAÉ

INTIMAÇÃO

Nos termos da legislação vigente, fica(m) o(s) autuados abaixo identificado(s) intimado(s) a promover(em), no prazo de 30 (trinta) dias a contar desta publicação, o pagamento /parcelamento /impugnação dos créditos tributários constituídos mediante o PTA a seguir relacionado, sob pena de revelia e reconhecimento dos créditos tributários, circuns-tância em que a peça fiscal será encaminhada para inscrição em dívida ativa e execução judicial, inclusive no caso de decisão irrecorrível no CC/MG favorável à Fazenda Pública Estadual. Auto de Infração nº 01.000767697-53
Autuado: Orlando Alves Gonçalves 05734961612
IE: 001.720018.00-09
CNPJ: 13.120.164/0001-02
Rua Luiz Vaz de Torres, nº 33 - Bairro Taquaril – Belo Horizonte/MG – Cep. 30.290.070.
E Orlando Alves Gonçalves CPF: 057.349.616-12
Rua Theodor Bonfim, nº 109 – Loja 01 - Bairro Taquaril – Belo Hori-zonte/MG – Cep. 30.295.190.

Fica o contribuinte ora identificado, optante pelo Simples Nacio-nal previsto na lei Complementar nº 123/2006 aplicável às Micro-empresas e às Empresas de Pequeno Porte, notificado também, de que foi iniciado, através do Termo de Exclusão do Simples Nacio-nal nº 13.120.164/05.439.210/20062017, lavrado em 21/06/2017, o processo de sua exclusão, de ofício, do referido Regime em vir-tude do cometimento de irregularidades descritas no Auto de Infra-ção nº 01.000767697-53.A presente exclusão decorre da constatação de prática reiterada de infração ao disposto na Lei Complementar nº 123/2006, e de falta de emissão regular de documento fiscal de venda de mercadoria, de forma reiterada, nos termos do que prevê o art. 29, incisos V e XI, §§ 1º e 3º, da citada Lei Complementar, assim como o

art. 76, inciso IV, alíneas “d” e “j””, §§ 3º e 6º, inciso I, da Resolução CGSN nº 94, de 2011. Para tanto, e conforme o disposto no art. 75, §§ 1º e 2º, da Resolução CGSN nº 94, de 2011, fica o contribuinte supra citado notificado do presente TERMO DE EXCLUSÃO DO SIMPLES NACIONAL, o qual poderá em consonância com o disposto no art. 29, §§5º e art. 39, ambos da Lei Complementar nº 123/2006, c/c os artigos 117 a 119 do RPTA/MG (Decreto nº 44.747/2008), apresentar Impugna-ção, por escrito, no prazo de 30 (trinta) dias contados desta publicação, dirigida ao Conselho de Contribuintes do Estado de Minas Gerais – CC/ MG. Tal impugnação poderá constar da mesma peça impugnatória do Lançamento de ofício referente ao Auto de Infração acima mencionado. Não havendo impugnação ao presente Termo de Exclusão, este se tornará efetivo depois de vencido os respectivos prazos, observando-se, quan-to aos efeitos da exclusão, o disposto no art. 76, Inciso IV, alíneas “d e j”, §§ 3º e 6º, inciso I, da Resolução CGSN nº 94, de 2011. No presente caso, o mês de apuração inicial considerado para fins de exclusão será a partir de 01 de fevereiro de 2013.

Muriaé, 12 de julho de 2017

Cássio Grayson Martins Novaes

Delegado Fiscal de Trânsito da DFT/Muriaé.

SRF I / JUIZ DE FORA – DFT/MURIAÉ
INTIMAÇÃO

Nos termos da legislação vigente, fica(m) o(s) autuados abaixo identificado(s) intimado(s) a promover(em), no prazo de 30 (trinta) dias a contar desta publicação, o pagamento /parcelamento /impugnação dos créditos tributários constituídos mediante o PTA a seguir relacionado, sob pena de revelia e reconhecimento dos créditos tributários, circunstân-cia em que a peça fiscal será encaminhada para inscrição em dívida ativa e execução judicial, inclusive no caso de decisão irrecorrível no CC/MG favorável à Fazenda Pública Estadual. Auto de Infração nº 01.000766816-27
Autuado: Marcio Amaral Lima Da Costa ME IE: 001.822536.00-87
CNPJ: 14.125.532/0001-60
Avenida Olíapque, nº 156 – Box 484 – Centro – Belo Horizonte/MG – Cep. 30.111.070.

Fica o contribuinte ora identificado, optante pelo Simples Nacio-nal previsto na lei Complementar nº 123/2006 aplicável às Microem-presas e às Empresas de Pequeno Porte, notificado também, de que foi iniciado, através do Termo de Exclusão do Simples Nacional nº 14.125.532/05.439.210/20062017, lavrado em 20/06/2017, o processo de sua exclusão, de ofício, do referido Regime em virtude do cometi-mento de irregularidades descritas no Auto de Infração nº 01.000766816-27.A presente exclusão decorre da constatação de prática reiterada de infração ao disposto na Lei Complementar nº 123/2006, e de falta de emissão regular de documento fiscal de venda de mercadoria, de forma reiterada, nos termos do que prevê o art. 29, incisos V e XI, §§ 1º e 3º, da citada Lei Complementar, assim como o art. 76, inciso IV, alíneas “d” e “j””, §§ 3º e 6º, inciso I, da Resolução CGSN nº 94, de 2011. Para tanto, e conforme o disposto no art. 75, §§ 1º e 2º, da Resolução CGSN nº 94, de 2011, fica o contribuinte supra citado notificado do presente TERMO DE EXCLUSÃO DO SIMPLES NACIONAL, o qual poderá em conso-nância com o disposto no art. 29, §5º e art. 39, ambos da Lei Com-plementar nº 123/2006, c/c os artigos 117 a 119 do RPTA/MG (Decreto nº 44.747/2008), apresentar Impugnação, por escrito, no prazo de 30 (trinta) dias contados desta publicação, dirigida ao Conselho de Contribuintes do Estado de Minas Gerais – CC/MG. Tal impugnação poderá constar da mesma peça impugnatória do Lançamento de ofício referente ao Auto de Infração acima mencionado. Não havendo impugnação ao presente Termo de Exclusão, este se tornará efetivo depois de vencido os respecti-vos prazos, observando-se, quanto aos efeitos da exclusão, o disposto no art. 76, Inciso IV, alíneas “d e j””, §§ 3º e 6º, inciso I, da Resolução CGSN nº 94, de 2011. No presente caso, o mês de apuração inicial considerado para fins de exclusão será a partir de 01 de fevereiro de 2012.

Muriaé, 12 de julho de 2017

Cássio Grayson Martins Novaes – Delegado Fiscal de Trânsito da DFT/ Muriaé.

SRF I JUIZ DE FORA AF 2º NÍVEL LEOPOLDINA
INTIMAÇÃO

Ficam os sujeitos passivos abaixo intimados a promoverem, no prazo de 30 (trinta) dias a contar desta publicação, o pagamento /parcelamento /impugnação dos créditos tributários constituídos mediante o PTA a seguir relacionado, nos termos da legislação vigente, sob pena de revelia e reconhecimento dos créditos tributários, circunstância em que a peça fiscal será encaminhada para inscrição em dívida ativa e execução judi-cial, inclusive no caso de decisão irrecorrível no CC/MG favorável à Fazenda Pública Estadual. Maiores esclarecimentos poderão ser obtidos nesta repartição fazendária situada na Avenida Getúlio Vargas, nº 856, Centro - Leopoldina – MG.

PTA: 01.000770032-07

Sujeito Passivo: Wanderley Angelo - ME

IE: 001.772619.00-27

CNPJ: 13.641.965/0001-05

Endereço: Rua Senhora de Fátima, nº 1.350 – Loja 1 - Bairro Jardim das Oliveiras – Contagem/MG – Cep. 32.371.180.

Coobrigado: Wanderley Angelo - ME

CPF: 602.532.076-49

Endereço: Rua Senhora de Fátima, nº 1.350 – Bairro Jardim das Olivei-ras – Contagem/MG – Cep. 32.371.180

Leopoldina, 12 de julho de 2017

Flávia Rodrigues Christo – Chefe em exercício – Administração Fazen-dária 2º Nível Leopoldina.

Superintendência Regional da Fazenda Juiz de Fora
Delegacia Fiscal de Trânsito de Juiz de Fora

Intimação

Nos termos do art. 69, inciso I do RPTA/MG, aprovado pelo Decreto nº 44.747/2008, fica o contribuinte abaixo indicado, por estar em local ignorado, incerto ou inacessível, NOTIFICADO do Auto de Início de Ação Fiscal nº 1.0.000022815.35, cujo objeto da auditoria fiscal é o con-fronto entre os valores referentes às operações de débito/crédito, infor-mados pelas Administradoras de Cartão de Crédito/Débito, e os valores informados como faturamento contidos nas declarações de apuração do ICMS PGDASD. Nos termos do art.70 do RPTA/MG, informamos que o período a ser fiscalizado é de 30/04/2013 a 31/12/2016. EDGAR CAMARGO DE OLIVEIRA 02113499681 IE: 002140464.00-70 CNPJ: 18.028.247/0001-81 Rua Barão de Aquino, 54 – Bairro Passos – Juiz de Fora, MG

Intimação/MG, aprovado pelo Decreto nº 44.747/2008, fica o contribuinte abaixo indicado, por estar em local ignorado, incerto ou inacessível, NOTIFICADO do Auto de Início de Ação Fiscal nº 1.0.000022788.28, cujo objeto da auditoria fiscal é o con-fronto entre os valores referentes às operações de débito/crédito, infor-mados pelas Administradoras de Cartão de Crédito/Débito, e os valores informados como faturamento contidos nas declarações de apuração do ICMS PGDASD. Nos termos do art.70 do RPTA/MG, informamos que o período a ser fiscalizado é de 30/04/2013 a 31/12/2016. CARLOS ALBERTO DA SILVA – PADÁRIA – ME IE: 002140549.00-55 CNPJ: 18.029.242/0001-73 Rua Jose de Sales, 309 – Bairro Centro – Lima Duarte, MG Juiz de Fora, 11 de julho de 2017 Rosária Maria Silveira Delegada Fiscal de Trânsito Juiz de Fora

13 985706 - 1

SRF I - Uberaba

EDITAL 010.724/2017

SUPERINTENDÊNCIA REG. DA FAZENDA DE UBERABA

ADMINISTRAÇÃO FAZENDÁRIA / 2º NÍVEL / ARAXÁ

INTIMAÇÃO

Por encerrarem suas atividades sem o cumprimento do disposto no art.16, incisos III, IV e XIII da Lei nº 6.763/75, combinado com os arts. 96, incisos IV e V, 109 e 111, todos do RICMS/02, aprovado pelo Decreto nº 43.080/02, ficam os contribuintes abaixo relacionados, representados por seus sócios INTIMADOS a apresentar na Adminis-tração de sua circunscrição, localizada na Avenida Antônio Carlos, 55 – Centro – Araxá, no prazo de 10(dez) dias, contados da data de publi-cação desta, todo a documentação fiscal em seu poder, especialmente os talonários de notas fiscais, sob pena de serem os mesmos declara-dos inidôneos ou ideologicamente falsos, nos termos da Resolução nº. 4.182/10 e terem suas inscrições canceladas de ofício, com base no dis-posto no art. 108, inciso II, alíneas “b” e “c” do RICMS/02. Município de Araxá.

Inscrição Estadual Nome Empresarial

040654882.01-02 PAPELARIA CENTRAL LTDA - EPP

Quinta-feira, 13 de Julho de 2017.

Chefe de Unidade: Ronaldo Reines de Souza

13 985707 - 1

Loteria do Estado de Minas Gerais

Diretor-Geral: Ronan Edgard dos Santos Moreira

PORTARIA Nº 47, DE 13 DE JULHO DE 2017.

Dispõe sobre o encerramento dos Planos de Jogos nº 396 – Balão de Prêmios; 397 – Tiro Certo; 398 – Fazenda da Sorte; 399 – Margarida da Sorte; 400 – Boliche de Ouro ; 402 – Acerte no Bicho; 403 – Jogo da Velha; 404 – Hora De Ganhar, O DIRETOR-GERAL DA LOTERIA DO ESTADO DE MINAS GERAIS, no uso das atribuições previstas no art. 7º do Decreto Estadual nº 45.683/011, de acordo com o dis-posto na Lei Estadual nº 22.257, de 27/7/2016; Lei Estadual nº 9.475, de 23/12/1987, em especial os artigos 45, 53 e 54 do Decreto Estadual nº 31.163, de 08/05/1990; Portaria nº 70/2011, de 10/08/2011; Portaria nº 128/2011, de 06/12/2011, Portaria nº 35/2016, de 30/06/2016; Por-taria nº 55/2016, de 10/09/2016, RESOLVE: Art. 1º - Encerrar os Pla-nos de Jogos nº 396 – BALÃO DE PRÊMIOS; 397 – TIRO CERTO; 398 – FAZENDA DA SORTE; 399 – MARGARIDA DA SORTE; 400 – BOLICHE DE OURO ; 402 – ACERTE NO BICHO; 403 – JOGO DA VELHA; 404 – HORA DE GANHAR da Loteria de Números, Sorteio Individual e Imediato, regulamentados pelas Portarias/LEMG nº 005/2016, 015/2016 e 030/2016, publicadas no Diário Oficial do Estado, em 30/03/2016; 27/04/2016 e 05/07/2016, que foram com-ercializados pela empresa SDL – Sistema de Distribuição Lotérica Ltda, inscrita no CNPJ: 04.992.909/0001-24. Art. 2º - Todas as pessoas fisi-cas e jurídicas, apostadoras ou não, ficam comunicadas de que a Lote-ria do Estado de Minas Gerais, SOMENTE efetuará o pagamento dos prêmios dos jogos acima mencionados, até 90 (noventa) dias, após a publicação desta Portaria. Art. 3º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário. Belo Horizonte, 13 de JULHO de 2017.Ronan Edgard dos Santos Moreira Diretor-Geral

13 985607 - 1

Secretaria de Estado do Meio Ambiente e do Desenvolvimento Sustentável

Secretário: Jairo José Isaac

Expediente

NOTIFICAÇÃO DE AUTO DE INFRAÇÃO

Nos termos do artigo 32 do Decreto nº 44.844, de 25 de junho de 2008, ficam os autuados abaixo indicados, notificados da lavratura de auto de infração, lavrados em razão do descumprimento da legislação ambien-tal estadual, com o prazo máximo de 20 (vinte) dias, a contar desta publicação, para apresentar defesa junto à SEMAD ou efetuar o paga-mento da multa. Comunicamos que findo o prazo abaixo estipulado sem atendimento, será declarada, por termo, a ausência de manifestação do autuado, com as consequências definidas na legislação vigente, sendo promovido o regular encaminhamento do processo. Para maiores escla